



*MEIO SÉCULO DE PROJETOS MUNICIPAIS PARA A HABITAÇÃO OPERÁRIA EM  
PORTO ALEGRE: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PERIFERIA*

Nauber Gavski da Silva<sup>i</sup>

**Resumo:** Considerando como marcos as décadas de 1900 e 1950, retomo alguns projetos municipais para a solução do problema da habitação operária em Porto Alegre, com a intenção de revelar uma mudança na política pública para a solução da questão da moradia. A nova política municipal privilegiaria a autoconstrução como forma de sanar o problema residencial, barateando assim os custos de reprodução da força de trabalho para os capitalistas da cidade.

**Palavras-chave:** habitação; autoconstrução; operário.

É da mais urgente necessidade tratar-se da rua dos Voluntários da Pátria de preferência a qualquer outro melhoramento. Estão ali estabelecidos diversos estaleiros; a estação do caminho de ferro de S. Leopoldo, 3 fábricas de fundição e outras muitas de móveis e outros misteres; às quais se vem agora juntar as de fiação de tecidos; de pregos, de vidros e outras. Estas fábricas que agora se estão montando ocuparão milhares de operários e ninguém pensou onde se vão acomodar-lhes com suas famílias? À municipalidade compete proporcionar a toda esta gente moradias ao alcance de suas minguadas bolsas, e perto das oficinas. Temos portanto que prolongar até o rio todas as ruas já abertas desde a da Independência até a da Floresta: são elas a do General Francisco Felix, de S. Antonio, e Silveira Martins. Abertas todas estas ruas, em menos de dez anos estarão elas todas povoadas de casas para os operários e o município cobrando o imposto urbanoii.

Não era apenas o Marechal Deodoro da Fonseca que se preocupava, em 1890, com a questão operária, e especialmente o problema habitacional intimamente ligado àquele nascente problema. Um processo mais geral, de introdução de relações capitalistas em âmbito nacional se inaugurava também em Porto Alegre, e preocupava o Presidente da Junta Municipal desde o advento da República: afinal, que fazer com as famílias operárias, agora que as fábricas e oficinas estavam a se instalar? Estreando o problema na capital gaúcha, Felicíssimo de Azevedo chamava a atenção da Assembléia Municipal para a possibilidade de arrecadação fiscal proveniente da expansão da cidade para além dos limites históricos, empurrando os operários em direção às zonas ainda não urbanizadas da capital da antiga

província, obviamente que sem a devida infra-estrutura que possuía a zona urbana da capital (que hoje compreende parte do centro). Desde 1892, a principal fonte de receita do município era o imposto predial, garantia do pagamento de todos os empréstimos contraídos internacionalmente para as obras de modernização da cidade. A profecia de Azevedo, que deixaria a presidência daquele órgão seis dias depois, faria parte das preocupações dos próximos representantes do governo municipal, mas não sempre da mesma forma. Na verdade, pretendo demonstrar exatamente a mudança da postura do governo municipal para a solução do problema habitacional da classe trabalhadora em Porto Alegre até o início dos anos 1950.

Depois da intensa troca dos representantes do PRR na administração da capital durante os anos 1890, Castilhos indica José Montaury de Aguiar Leitão para concorrer e assumir a Intendência Municipal a partir de 1897, permanecendo no cargo até 1924. Depois dele, assumiriam o Engenheiro Octavio Rocha, e após seu falecimento o vice e industriário Alberto Bins, adentrando os anos 1930. Ou seja, durante grande parte de toda a Primeira República, Porto Alegre foi governada por apenas três intendentess, todos do mesmo partido que governava o Estado. Dessa forma, e considerando que a atuação política em ambos poderes foi, em geral, bem sintonizada, é possível analisar, a partir dos documentos municipais, como o PRR pensou e colocou em prática algumas diretrizes para tratar da emergente vida operária anunciada em 1891 por Azevedo.

A questão habitacional durante o período foi alvo de estudo da historiadora Margaret Marchiori Bakos, que tentou entender até que ponto a administração municipal procurou executar o programa do PRR, (de integração do proletariado à sociedade), enquanto provedor do acesso à moradia própria, higiênica e confortável, já que Comte (teórico do positivismo, matriz filosófica daquele partido) tocou na questão da habitação proletáriaiv. Para isto, a autora analisou regulamentos, tributos, investimentos públicos e pronunciamentos advindos da sociedade civil entre 1897 e 1937. Considerando que os dados oficiais não lhe possibilitaram uma quantificação adequada (pois não dariam conta dos dados não oficiais), a autora optou por pinçar informações em periódicos e nos relatórios anuais dirigidos ao Conselho Municipal pelos Intendentess, sobre o mercado de ofertas de moradias, condições de habitação e modificações na lotação e cobrança do imposto predial. Vejamos.

Já em 1890, foi aprovada uma lei taxando severamente os cortiços. Até 1896, a cobrança do imposto se dava pela visita do funcionário municipal às moradias, ocasionando vários casos de corrupção. Nesse ano, o governo tentou barrar o aumento arbitrário do preço da moradia popular e a corrupção fiscal, já que o imposto passou a ser recolhido a partir da

apresentação de recibo de pagamento do aluguel, tornando recorrente a prática, segundo a autora, do estabelecimento de acordos entre proprietários e inquilinos para ocultar o valor real das locações. A partir de 1897, a cobrança do imposto predial foi estendida a todas as ruas servidas por bondes, tendo como conseqüência a “paulatina proliferação de pequenas habitações distantes dessas áreas, destinadas principalmente à moradia de ‘operários, artistas e trabalhadores’.”<sup>v</sup> Essa forma de habitação gerou debates dentro do Conselho Municipal, do que os conselheiros concluíram que aquelas péssimas moradias eram criação de gananciosos “proprietários que exploram a necessidade de habitação operária, aplicando pequenos capitais na construção de moradias simples, sobre as quais cobram altos aluguéis em virtude de sua proximidade ao local de trabalho dos inquilinos”<sup>vi</sup>.

Como se pode ver pelos dados do próprio governo municipal na tabela abaixo, se em 1890 o número de cortiços era de 316, em 1904 chegou a 1.223, ou seja, em quatorze anos houve um crescimento de 287% nas construções daquele tipo contra 132% das casas térreas. E até 1912 a construção de novas moradias coletivas não cessou. Entre 1910-1911 e 1912, houve incremento de 21%, chegando-se à cifra de 1.853 cortiços contabilizados pelo governo municipal, enquanto o número de casas térreas, consideradas adequadas pela administração municipal, crescera 19%; no mesmo período, os sobrados e casas assobradadas tiveram crescimento pífio e até mesmo decréscimo.

**Tabela 1** – Evolução das habitações em Porto Alegre entre 1890 e 1912<sup>vii</sup>, e 1921<sup>viii</sup>.

Anoix	Casas térreas	Casas assobradadas	Sobrados	Cortiços ou habitações coletivas	Variação de casas térreas	Variação de cortiços e habitações coletivas
1890	4.075	587	747	316	-	-
1904	9.462	939	?	1.223	132%	287%
1907	10.498	1.189	1.032	1.210	11%	-1%
1908	11.115	1.074	1.012	1.360	5,8%	12,4%
1909	11.341	1.125	1.022	1.480	2%	8,8%
1910-1911	12.176	1.296	1.054	1.532	7,3%	3,5%
1912	14.500	1.288	1.066	1.853	19%	21%
1921	16.483	1.563	1.237	1.607	13,67%	-13,27%

Já em 1910, o governo municipal, antes de qualquer projeto para a habitação operária do governo federal, ensaiou um estudo para a construção de vilas operárias, contratando o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, para projetar e orçar uma vila operária. Segundo Montaury, no portfólio daquele cidadão existiam projetos de vilas e casas de aluguel em São Paulox. Dois projetos foram apresentados pelo engenheiro-arquiteto: um prevendo casas de

um só pavimento com quatro peças; o segundo apresentando duas habitações, na forma de um sobrado compartilhado, dispondo dos mesmos atributos do anterior, mas custando mais. A preferência do intendente denuncia a ideologia da higienização e da separação das famílias através de prédios independentes: “parece-me ser o primeiro projeto preferível por dispor a Intendência de terreno suficiente para a respectiva execução, evitando-se assim os inconvenientes da casa em dois pavimentos e ocupados por famílias diferentes” xi.

Em 1912, ou seja, um ano após um decreto do governo federal (de tímido alcance) favorecendo a construção popular e recomendando o fim das construções coletivizadas<sup>xii</sup>, um projeto de lei em Porto Alegre tentou coibir o abuso especulativo nos cortiços. Baseando-se, segundo Bakos, 1) na incorporação do proletariado à sociedade e 2) na atuação contrária à agressão aos padrões estéticos estabelecidos nas normas municipais, o projeto de lei proibiu a construção de prédios sem frente de terreno e estabeleceu que, para as moradias em becos cujos aluguéis fossem superiores a 15\$000 (quinze mil réis), seria cobrada uma tributação um quarto maior sobre o valor que já vinham pagando. Ora, os becos referidos são os do centro da cidade. O governo municipal obrigou os proprietários a remodelarem os prédios da zona central e dificultou (via fiscalização da diretoria de higiene) a permanência dos cortiços, estalagens e porões na área coberta pelo serviço dos esgotos.

Além dessas medidas, no seu relatório anual o Intendente referia-se à falta de condições de higiene e conforto ao lado do “elevado aluguel da maior parte das pequenas habitações ocupadas pelos proletários” <sup>xiii</sup>. Sugeriu uma liberação de crédito pelo Conselho Municipal ao seu governo para a construção de um grupo de “casas de operários”, com o intuito de conhecer o custo exato de cada tipo de acordo com o número de peças, para então conceder favores a empresas ou particulares que desejassem entrar no negócio da construção popular. Ao lado dessa providência, o Intendente já manifestava o desejo de que seu governo isentasse dos tributos de construção e reduzisse o imposto predial para aquele tipo de investimento nos “arrabaldes” da cidade. Ou seja, o governo queria fomentar a empresa capitalista da construção civil, ou mesmo estimular pequenos construtores individuais e possuidores de poucas economias, na tentativa de resolver um problema de ordem sanitária, econômica e urbanística.

Além disso, considerando o surto populacional da cidade e sua expansão em direção à zona fabril e adjacências, o Intendente relatava que a Hidráulica Municipal prolongara a canalização até “São João e Navegantes, onde colocou em algumas de suas ruas chafarizes, em que os seus moradores pudessem provisoriamente suprir-se desse indispensável elemento de subsistência e higiene, de preferência à água que captavam a beira do litoral ou em poços”

xiv. Aquelas instalações não foram jamais provisórias, pois permaneceram funcionando nos anos seguintes, como demonstram as queixas sobre o primeiro bairro fabril (não planejado) da cidade ainda na década de 1920. Aqueles arrabaldes, que comporiam uma “cidade dentro da cidade” segundo expressão reproduzida por Alexandre Fortes<sup>xv</sup>, concentrariam o crescimento populacional do município durante a primeira metade do século XX.

No ano seguinte, 1913, o Regulamento Geral de Construção foi aprovado, ficando proibidas novas edificações de madeira nas zonas servidas pela rede de esgotos (leia-se centro) e obrigando o cercamento dos terrenos baldios, em uma clara intenção de evitar as ocupações populares daquelas áreas; além do mais, mesmo os cortiços foram obrigados a instalar pias e latrinas, símbolos do saneamento da cidade moderna. Aliás, o crescimento populacional era tão intenso na zona fabril, que a sujeira produzida pela crescente cidade estava se tornando insustentável.

Ainda naquele ano, o Intendente nos revela o adiamento do experimento das casas para operários, e evidencia a concretização da ideia de “bairro operário”, intimamente ligado às fábricas e oficinas adjacentes. Dessa forma, retirava-se da Prefeitura qualquer ônus de planejar a cidade, bastando adequar os experimentos de casas populares aos arrabaldes fabris já existentes.

Entretanto, o projeto municipal de vila operária não vingou, e em 1914 Montauray esclareceu a dificuldade e defendeu o papel que o governo deveria cumprir diante daquele insucesso: “À municipalidade compete abordar essa questão social e demonstrar, que se pode ter um lucro compensador ao capital envolvido na construção de habitações econômicas”<sup>xvi</sup>. Como anunciado anteriormente, o governo assumia um papel de fomentador do capital imobiliário, ao mesmo tempo em que tentava resolver problemas das esferas sanitária/higiênica, moral e da arrecadação pública. Em 1917, novamente o Intendente lamentou o desinteresse da iniciativa particular, admitindo que independente daqueles favores concedidos, “a Intendência está autorizada a construir casas para operários, fazendo, para esse fim, um empréstimo [...] para construir o primeiro grupo de casas e para as quais já dispõe do terreno preciso”<sup>xvii</sup>.

O empréstimo conseguido para as obras de saneamento da cidade em 1918 evidencia que a prioridade era limpar o centro das habitações (e dos habitantes) mais deploradas pelo governo e pelas classes sociais mais distintas, ajudando a delimitar o espaço adequado de residência de cada grupo humano. Claro, tudo em nome do “interesse público”. E o projeto das vilas operárias seguiu se arrastando nos anos seguintes.

Presentemente a falta de material e o seu elevado custo torna inexecutável uma construção econômica, como deve ser a de prédios que tenham de ser adquiridos pelos operários em pequenas prestações de acordo com os recursos de que possam dispor para atender a outras necessidades, além da do abrigo xviii.

Fica patente que, se havia disponibilidade de aplicação de empréstimo com juro alto para o saneamento e higienização do centro da cidade, a questão da habitação operária adequada poderia sempre esperar, segundo a visão da administração municipal.

De qualquer forma, pela proposta, o governo estaria promovendo, de uma só vez, a concretização dos arrabaldes em expansão populacional enquanto espaço na cidade de concentração industrial e de moradia dos mais pobres, que teriam a vantagem de pagar menos por melhores condições de higiene e conforto, vivendo em casas com apenas uma família nuclear (de acordo com o padrão moralizante dos administradores), e tornado-se contribuintes da taxa predial em futuro próximo. Enquanto o imposto predial era cobrado apenas sobre a zona de abrangência dos serviços municipais, como rede de esgotos e de transportes, o governo isentava novas construções do dito tributo em áreas externas a esse domínio, favorecendo o empreendimento imobiliário que serviria de habitação aos operários. Obviamente, sem infra-estrutura adequada, segundo os próprios padrões dos administradores municipais. De acordo com Bakos, até 1924, fim do governo de José Montauray, a cidade cresceu de forma desordenada. Ainda em 1921, o recenseador do município encontrou 1.607 cortiços na zona urbana da cidade, ou seja, apenas menos 13% em relação aos existentes em 1912xix, o que demonstrava a marcha lenta em que seguia o processo de higienização e “melhoramento” das habitações coletivas.

No discurso da sua posse, o novo Intendente, engenheiro Octavio Rocha, afirmou que priorizaria o saneamento dos bairros São João e Navegantes, onde cresceria estaria crescendo o número de famílias operárias. No novo Regulamento Geral de Construções de 1926, demandava que toda construção deveria passar por um exame arquitetônico dos funcionários municipais, concedendo inclusive um prêmio para as melhores fachadas projetadas. No mesmo ano, pela primeira vez, o governo construiu algumas casas para os operários da limpeza pública, em pequeno número e pouco salubres. O alto custo de saneamento da zona alagadiça dos bairros São João e Navegantes fez com que os projetos de vilas operárias fossem suspensos. De qualquer forma, ainda em 1925, aquele mesmo Intendente denunciava ao Conselho Municipal a persistência do problema econômico da habitação operária:

Convém que o povo se acautele com esse novo processo de aumentar aluguéis e na Municipalidade terão amplos informes sobre a elevação feita.

Terão quase todos a surpresa de verificar que há muito pagavam como aluguel quantia muito superior, em que foram agora lotadas as casasxx.

Em 1928, assume como Intendente Alberto Bins, burguês do ramo da metalurgia, que, diante das queixas de aumento abusivo dos aluguéis, praguejava contra o desinteresse dos capitalistas em construir casas simples para o operariado, e cogitava revogar a lei de isenção de imposto predial para grupos de cinco ou mais habitações com aluguel inferior a 200\$000 (duzentos mil réis), aprovada em dezembro de 1927. Porto Alegre estava longe de se constituir em uma sociedade de proprietários: em 1928, segundo a própria Intendência, na zona urbana havia 7.948 imóveis próprios, contra 15.340 alugadosxxi, ou seja, uma proporção de cerca de dois prédios alugados para cada próprio. De qualquer forma, na tentativa de desonerar “as classes desprotegidas, cuja preocupação mais imperiosa é o problema da habitação” xxii, naquele ano foi aprovada uma taxaçoão predial proporcional e progressiva relativa ao valor locativo dos imóveis. A divisão na taxaçoão predial concretizada em lei municipal tornava manifesta, através das palavras do próprio intendente, a divisão de classes da sociedade porto-alegrense do final dos anos 1920, e a desigualdade na tributaçoão imobiliária da capital até então vigente.

Em 1930, o Intendente ainda dava explicaçoões ao Conselho Municipal sobre a possível culpa da administração municipal no problema do imposto predial, que supostamente teria impedido a baixa dos aluguéis. Novamente, os problemas externos, identificados no mercado financeiro, adiariam a construçoão das vilas operárias, planejadas desde os anos 1910:

Infelizmente, e com pesar o registro, a situaçoão do mercado monetário não permitiu a obtençoão dos recursos previstos, com os quais ia dar-se início à construçoão das habitaçoões operárias e à conclusáo do cemitério de S. João, que constitui outra justa aspiraçoão dos munícipes do 4º Distrito da capitalxxiii.

Até 1937, Alberto Bins tentou estabelecer melhorias no controle dos tributos de habitaçoão, mas o problema da residênciá operária persistiu, e os projetos de construçoão de casas para trabalhadores pareciam estar fadados ao arquivamento.

Naquele mesmo ano, o acadêmico Affonso Suermann defenderia tese para o primeiro doutoramento em Ciências Políticás e Econômicas do sul do Brasil, na Universidade Católica do Rio Grande do Sulxxiv. A tese publicada em Porto Alegre, começava por uma análise sociológica da sociedade moderna em constituicao. Identificava a criaçoão da classe operária como fruto da formaçoão das cidades, e do desenvolvimento da produçoão capitalista, que segundo o autor separava o operário da propriedade dos meios de produçoãoxxv.

Para o novo Doutor, reconhecer a nova formação social, que separava proprietários daqueles que nada possuíam, a não ser sua própria força de trabalho para vender aos primeiros, possibilitava tornar natural aquela nova divisão. Dessa forma, estabelecendo como marco irrepreensível a desigualdade entre ricos e pobres, o Estado e a sociedade deveriam agir para minorar o máximo possível as aflições dos trabalhadores, desde que sem prejuízo das demais camadas sociais. Aí aparecia a ideia da necessidade de se estabelecer uma casa própria para cada família (nuclear) de trabalhadores, para corresponder “às exigências da justiça social como do bem-estar geral”, pois “a propriedade privada do solo é a primeira e legítima premissa da união política da comunidade”<sup>xxvi</sup>. Parte da inspiração daquela tese vinha das diretrizes sociológicas do Vaticano (de acordo com as encíclicas *Rerum Novarum* 1891 e *Quadragesimo Anno* 1931), que recomendavam a aquisição da casa própria “como o principal meio de minorar a tensão da questão social”<sup>xxvii</sup>.

O que nos interessa nessa tese, é constatar que a impressão geral do autor sobre o tema, que estudou todos os decretos sobre habitação publicados pelo governo federal durante a Primeira República, se baseava na ideia de que 1) os operários em geral passaram por todo o período de desenvolvimento da indústria nacional pagando aluguéis caros, sem direito à propriedade e portanto à elevação social e moral, e 2) de que o Estado, ausente dos debates durante o período, deveria ser o novo promotor daquele melhoramento social.

Ao defender e publicar a tese na capital gaúcha, é possível pensar que o autor tenha alimentado sua percepção do problema da habitação pela visualização da questão em Porto Alegre, durante o período precedente a 1937. Além de consultar jornais locais para concretizar sua pesquisa, citou um discurso do “deputado Francisco Xavier da Costa” em 1936 sobre a tuberculose no Rio Grande do Sul, publicado no *Correio do Povo*<sup>xxviii</sup>. Além do mais, ao defender o papel do Estado na definição da solução do problema, ele recomendava a outorga de terrenos públicos para a construção daquelas moradias, prática já ensaiada pelo governo municipal durante o período que acompanhamos. Neste momento, ele faz um resumo da difícil empreitada que seria necessária para resolver esse problema:

Os preços dos terrenos nos centros urbanos e nas proximidades das fábricas, em quase todas as cidades brasileiras, experimentaram tamanhos acréscimos que não estão mais na devida proporção com o custo da construção de uma casa. Por este motivo será impossível, ao trabalhador, adquirir um terreno barato para construir a sua casa. Os terrenos nos arrabaldes, na maioria dos casos, quase não entram em consideração, devido aos meios de transporte inteiramente deficientes. Ainda mais, não se aconselha a moradia muito distante do lugar de trabalh<sup>xxix</sup>.

Assim, os pensadores da questão da habitação operária, observavam na época que, além do problema imediato do custo dos aluguéis, pesadíssimo sobre o orçamento da família operária, havia o problema da falta de apego ao solo, decorrente da ausência do direito de propriedade, segundo Suermann. Dessa forma, “em uma época em que o comunismo irrompeu, também no Brasil, e contra o qual as autoridades públicas concentram seus esforços defensivos, a casa própria do trabalhador constitui a melhor barreira natural” xxx. Em todo caso, a questão era mais ampla: era necessária uma infra-estrutura completa, cobrindo desde saneamento básico nos bairros operários até sistema de transporte adequado, para evitar a desordem urbana e a habitação precária.

A partir dos anos 1946-7, houve mudança significativa na conformação do espaço habitado de Porto Alegre. Um estudo de sociologia chamado Vilas de malocas e um relatório de uma comissão municipal intitulado Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre foram publicados em 1951, resumindo as condições de moradia dos mais pobres da cidade xxxi. O primeiro estudo realizava um mapeamento geral das vilas, mas dedicava-se a uma análise mais apurada dos residentes na Vila Forno do Lixo, nas imediações da Azenha. O estudo da comissão municipal visava identificar todas as vilas de malocas existentes, e averiguar quem seriam aquelas pessoas que há pouco tempo não se encontravam naqueles terrenos até então baldios, em sua maioria nas zonas afastadas do centro da cidade.

No seu estudo de Sociologia, Laudelino Medeiros estimava que em Porto Alegre cerca de um terço da população da capital vivia “pelos bairros operários, pelos arrabaldes, pelas ruas miseráveis” em habitações chamadas “sub-standart” e mesmo mais que precárias xxxii. O autor fez uma classificação descritiva dos tipos de habitação: tolerável (de madeira ou alvenaria, bem feita e assoalhada); precária (coberta de forma insuficiente, piso de lama ou tamanho diminuto); má (duas ou mais condições acima); miserável (quando as condições acima fossem muito más); inominável (quando não fosse casa, mas um amontoado de coisas com intenção de abrigo). Em seu levantamento das casas da Vila Forno do Lixo, a maioria se encaixava na categoria de miserável. As pessoas que ali viviam tratavam-se de “cidadãos ordeiros, quase sempre trabalhadores, ainda que muitas vezes com trabalho irregular” xxxiii. Entre as causas da precariedade das moradias, o autor identificava os poucos recursos com que viviam aquelas famílias, que eram impedidas de pagar aluguel e eram empurradas pela exclusão para a modalidade da habitação autoconstruída.

O estudo da comissão municipal possuía um caráter mais pragmático. Visava levantar possibilidades de solução do problema das malocas na cidade. Os dados levantados para a população habitante das malocas eram basicamente os mesmos do estudo de Laudelino

Medeiros. Mas denunciava os prejuízos para o município das ocupações de terrenos baldios pelos trabalhadores: a fuga dos aluguéis e dos cortiços (ainda existentes em Porto Alegre na década de 1950), se impedia o acesso dos mais pobres à infra-estrutura da cidade, lhes possibilitava uma “vida sem impostos” xxxiv. Como concluiu a comissão, naquelas habitações predominavam “os operários e as serviçais domésticas” xxxv, que trabalhavam em quase todas as zonas da cidade. Além de remover algumas vilas do centro da cidade, o projeto de solução da questão das malocas era emblemático:

Muitas famílias ou indivíduos apelam para a relocação e pagam, freqüentemente, preços altíssimos por simples peças sem conforto algum. Mas mesmo a relocação tem um limite e chega a um ponto em que muitas famílias simplesmente não podem resolver normalmente seus problemas de moradia.

A solução inevitável é construir, com seus próprios recursos, moradias de ínfima classe, no primeiro terreno que encontrem. Temos, então, as malocas, com o cortejo de inconvenientes que acarretam para a sociedade e para seus próprios moradores. [...]

Assim, a nosso ver, a solução única do problema está ligada à questão do terreno. É necessário que se ponha ao alcance das famílias de poucos recursos a possibilidade de adquirir terrenos. É necessário, ainda, orientá-las para que construam nesses terrenos suas moradias próprias. [...]

Queremos salientar, porém, que a construção de casas [pela Prefeitura], a nosso ver, não deve, em caso algum, ser considerada solução normal para o problema da moradia. Sendo estas, em geral, de madeira, são bastante simples e podem ser construídas pelo proprietário, que receberia para isso orientação dos técnicos da Prefeitura.<sup>xxxvi</sup>

Entre alguns arquitetos e sociólogos brasileiros existe um debate sobre a autoconstrução, estimulada pelos primeiros na forma de mutirões que aproveitam a força de trabalho sem emprego para tentar resolver parte do problema da habitação no Brasil. Em 2004, o sociólogo Francisco de Oliveira participou de um seminário de pesquisa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e levantou importantes questões que tomaram a forma de um artigo publicado na revista *Novos Estudos* em 2006, sendo alvo de críticas dos arquitetos através de outros artigos publicados em resposta no fim do mesmo ano<sup>xxxvii</sup>. Não cabe aqui retomar cada ponto de debate, mas apresentar uma contribuição que parece fundamental para explicar o caso de Porto Alegre aqui discutido.

Basicamente, Oliveira observa que a industrialização no Brasil foi sustentada por duas vertentes: o Estado e a classe trabalhadora autoconstrutora. As evidências disso são que hoje em dia o item “habitação” não comparece nas pesquisas de custo de vida, e o estabelecimento do salário mínimo tampouco considera seu peso no orçamento familiar. Ou seja, o modelo de autoconstrução rural foi importado para as cidades, consolidando o que conhecemos como

favelas, fazendo com que metade da população economicamente ativa viva em lugares de autoconstrução no início do século XXI.

A partir do início do século XX, observamos em Porto Alegre a emergência da questão da habitação operária como um problema central para a administração municipal. Não apenas pelo fato de que a principal renda daquele governo se constituía em imposto sobre moradia, mas também porque se tratava de definir uma política pública de gestão das condições de vida dos trabalhadores. Os governos eram convocados repetidas vezes pela população para dar conta de demandas ligadas àquelas condições, e a habitação era identificada por todos como um dos vilões do salário do trabalhador. Assim se explica a postura adotada pelos governos do PRR, que desde a década de 1910 se preocupavam em resolver a questão da habitação popular, embora sem sucesso. Quase meio século depois, o governo municipal ainda via a habitação como o principal problema para a gestão da cidade, mas a solução vislumbrada passava por uma mudança política importante: em vez de construir casas e bairros operários com financiamento público, a venda de terrenos e o estímulo à autoconstrução de casas de madeira passaria a ser o projeto considerado adequado pelos administradores da questão social na capital gaúcha.

Claro, em nenhum momento foi pensada alguma solução para o problema dos salários reduzidos dos trabalhadores de Porto Alegre. Afinal, mexer nos salários significaria aumento no custo de reprodução da força de trabalho para a burguesia da cidade.

---

i Mestrando em história pela UFRGS. Bolsista do CNPq.

ii Relatório do cidadão Felicíssimo Manoel de Azevedo. 15 de novembro de 1891. p. 11. Todos disponíveis no Arquivo Histórico de Porto Alegre.

iii BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 43.

iv BAKOS, *A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)*. Porto Alegre: CPG em História/UFRGS; 1988. (Cadernos de Estudo n° 1).

v Idem, p. 9.

vi Idem, p. 9-10.

vii Dados coletados nos Relatórios anuais do Intendente Municipal de Porto Alegre submetidos ao Conselho/Câmara Municipal, entre 1904 e 1912. Depois de 1912, o intendente abandonou tal contagem pormenorizada.

viii O encarregado de realizar o censo do município na época fez também um recenseamento predial, do qual trazemos os dados da zona urbana, visto não haver cortiços na zona suburbana ou nos distritos rurais. Cf. LIMA, Olympio de Azevedo. Recenseamento da população de Porto Alegre, mandado executar pela Intendência Municipal, em novembro de 1921, e outros apontamentos sobre o mesmo município, organizados pelo 1° escriturário. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1922. p. 15.

ix Segundo o gráfico das edificações particulares em Porto Alegre até 1925, de Margaret Marchiori Bakos, as construções crescem até 1912, sofrendo um decréscimo agudo até 1918, quando o crescimento é retomado e se mantém até 1923, quando volta a cair. O movimento, segundo a autora, obedece a fatores externos e internos à

---

sociedade gaúcha, como a Guerra Mundial e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, que encarecem o material de construção, o custo da mão-de-obra, acompanhados pelo retraimento de capitais. Apesar disso, o crescimento populacional se mantém durante todo o período. Cf. BAKOS, A habitação em Porto Alegre..., p. 17.

x Relatório e Projeto de orçamento para o exercício de 1911 Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng.º José Montaury de Aguiar Leitão na sessão ordinária de 1910. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas d'A Federação, 1910. p. 134. Daqui pra frente, a referência a esse tipo de fonte será da seguinte forma: Relatório de tal ano.

xi Idem, p. 137.

xii Decreto 2.407 de 18/01/1911. COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL. Vol. 1, p. 19, coluna 1. 31/12/1911.

xiii Relatório de 1912. p. 18.

xiv Idem, p. 81. Em 1913, o novo relatório ainda se referia àquelas instalações de chafarizes, acrescentando que o litoral em que as pessoas captavam água para consumo “banha uma área onde é intenso e constante o aumento de edificações”. Relatório de 1913. p. 5. Os chafarizes provisórios ou as “torneiras livres” mandadas instalar ainda aparecem nos relatórios de 1914, 1915, 1920, 1922, 1924, embora nesse último ano José Montaury já se manifestasse em favor da colocação de hidrômetros nas “penas livres”, receita defendida pelos seus sucessores.

xv FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educ; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

xvi Relatório de 1914. p. 14.

xvii Relatório de 1917. p. 24.

xviii Relatório de 1919. p. 8.

xix Vide Tabela 1 antes citada.

xx Relatório de 1925. p. 92.

xxi Relatório de 1928. p. 372.

xxii Relatório de 1929. p. 26.

xxiii Relatório de 1930. p. 58-59. Além do mais, no mesmo relatório (p. 67), era anunciado o estado deplorável das zonas do São João, Navegantes e Riacho, únicos arrabaldes que naquele ano ainda não possuíam saneamento na cidade, estando expostos especialmente nas épocas das chuvas. Novamente, a situação do mercado financeiro internacional era identificado como limitador de qualquer política efetiva da municipalidade para aquelas regiões.

xxiv JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS: 1931-1951*. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 30.

xxv SUERMANN, Affonso. *O problema residencial das classes operárias no Brasil: um projeto duma solução*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, [1937?].

xxvi Idem, p. 37.

xxvii Idem, p. 8.

xxviii Idem, p. 94.

xxix Idem, p. 80.

xxx Idem, p. 99.

xxxi MEDEIROS, Laudelino T. *Vilas de malocas* (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Serviço de Imprensa Universitária, 1951.; PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Levantamento econômico-social das malocas existentes em Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1951.

xxxii MEDEIROS, op. cit., p. 26.

xxxiii Idem, p. 16.

xxxiv PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. op. cit., p. 7.

xxxv Idem, p. 14.

xxxvi Idem, p. 5.

xxxvii OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 74, mar. 2006. p. 67-85.; LOPES, João Marcos. O anão caolho. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 219-227.; FERRO, Sérgio. Nota sobre “o vício da virtude”. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 229-234.

## Referências:

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentess*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

---

\_\_\_\_\_. *A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937)*. Porto Alegre: CPG em História/UFRGS; 1988. (Cadernos de Estudo n° 1)

FERRO, Sérgio. Nota sobre “o vício da virtude”. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 229-234.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS: 1931-1951*. Vol. 1. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LOPES, João Marcos. O anão caolho. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 76, nov. 2006. p. 219-227.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. São Paulo, *Novos Estudos*, n° 74, mar. 2006. p. 67-85.